

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL DE HIGIENE**, para atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Clínica de Repouso Santa Lúcia;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço, nos termos da Lei nº14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL DE HIGIENE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
1	444433	SABONETE – ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO – PESO 80 G A 95 G- AROMA SUAVE – COM HIDRATANTE.	UNID	3285
2	402413	SHAMPOO – APLICAÇÃO: CABELOS NORMAIS OU PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO – EMBALAGEM DE 400 ML.	UNID	435
3	470945	CONDICIONADOR CAPILAR – APLICAÇÃO: CABELOS NORMAIS OU PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS – EMBALAGEM DE 500 ML.	UNID	225
4	462393	HIDRATANTE CORPORAL HIPOALERGICO – CREME HIDRATANTE – SEM PERFUME – TIPO: PELE SECA – EMBALAGEM DE 400 ML.	UNID	108



5	150694	DESODORANTE – ANTITRANSPIRANTE – TIPO SPRAY – SEM PERFUME – EMBALAGEM DE 75 ML.	UNID	114
6	398863	CREME DENTAL – DENTIFRÍCIO ADULTO – MÁXIMA PROTEÇÃO ANTICÁRIES – COM FLÚOR – COM CÁLCIO – MENTA ORIGINAL – EMBALAGEM DE 90 G.	UNID	780
7	438126	ESCOVA DENTAL ADULTO – MATERIAL DO CABO= PLÁSTICO / MATERIAL DAS CERDAS= SINTÉTICO / FORMATO DA CABEÇA= ARREDONDADO / CERDAS MACIAS/ CORES VARIADAS	UNID	435
8	434965	LENÇOS UMEDECIDOS HIGIÊNICOS – LENÇO DESCARTÁVEL, COMPONENTES: COM EMOLIENTE, ISENTO DE ÁLCOOL, HIPOALERGICO; DIMENSÕES: CERCA DE 15CM X 20 CM – PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	540
9	301728	ABSORVENTE HIGIÊNICO – ABSORVENTE ÍNTIMO FEMININO ADULTO – COBERTURA SUAVE – COM ABAS – ALTA PROTEÇÃO – PACOTE COM 20 UNIDADES.	PACOTE	144
10	477537	ESCOVA CAPILAR ADULTO – ESCOVA DESEMBARAÇADORA – MATERIAL BORRACHA – CORPO DE PLÁSTICO EM ABS – MAGIC COLORS WHITE QUADRADA – CORES VARIADAS.	UNID	36
11	437511	PENTE CAPILAR – MATERIAL: PLÁSTICO – COM CABO – COM DENTES – TAMANHO GRANDE.	UNID	36
12	226368	LIXA DE UNHA – MATERIAL DA LIXA: AÇO INOXIDÁVEL; MATERIAL DO CABO: PLÁSTICO, CABO COM COR; MODELO: PONTA REDONDA; TAMANHO 19 CM.	UNID	72
13	65463	CORTADOR DE UNHA – ALICATE PARA CORTAR UNHA GRANDE – COM LIXA – TIPO PROFISSIONAL EM INOX.	UNID	14

14	224959	TESOURA PARA UNHA	UNID	14
----	--------	-------------------	------	----

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Material de Higiene, para suprir as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, pelo período de 12 (doze) meses;

3.3. A presente aquisição de Material de Higiene visa contribuir para o regular abastecimento e funcionamento da rotina da Unidade de Saúde, sendo objeto indispensável para as atividades diárias;

3.4. O quantitativo solicitado teve como base o consumo dos materiais de 4 meses, conforme justificativa do Memo nº 016-2023, acostado à fl. 03, e planilha acostada à fl. 48;

3.5. Vale lembrar que se trata de aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP). É fato que no SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada de cada Unidade Requisitante;

3.8. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL DE HIGIENE**, sob demanda, para atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia, pelo período de 12 (doze) meses;

4.2. A presente aquisição faz-se necessária em virtude à necessidade de se manter o estoque da Unidade de Saúde abastecido, conforme demanda. Por ser de natureza imprevisível, devido as características do serviço, a melhor forma é por registro de preço, onde a unidade de saúde solicitará conforme sua demanda.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

5.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

5.3. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pela Unidade Requisitante;

5.4. Entregar o objeto no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

5.5. Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

5.6. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

5.7. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

5.8. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

5.9. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

5.10. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.10.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterapia, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes;

5.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

6.2.1. CLÍNICA DE REPOUSO SANTA LÚCIA – Av. Walter Machado Thedim, Km 72, Mury, Nova Friburgo/RJ – CEP: 28615-315, de Segunda-feira a Sexta-feira, nos horários de 08:00h às 15:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Idenilson Moura Rodrigues	063.021	Superior Imediato
Alexsander de Carvalho Belfort	063.022	Fiscal Titular
Ana Cristina Faria de Jesus	062.812	Fiscal Substituto
Higor de Barros Pinto	062.682	Gestor Titular
Diana Roque Ecard	063.230	Gestora Substituto

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



8.2.1. Gestão/Unidade: Clínica de Repouso Santa Lúcia;

8.2.2. Fonte de Recursos: SUS – 1600;

8.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0083.2.198;

8.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.04;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

11.2. Comete infração administrativa:

11.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre

os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

11.4.1. Advertência;

11.4.2. Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

11.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21;

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

12.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 31 de março de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS

Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137